

"Brasil"

São Paulo — O Brasil buscará uma posição de consenso em torno da questão da dívida externa dos países da América Latina, na terceira reunião do Grupo de Cartagena, que reunirá 11 países devedores da região, amanhã e sexta-feira, em São Domingos, no Caribe.

A informação é do ministro das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro, que negou ser intenção do País propor, no encontro, a formação de um "bloco de devedores", com o objetivo de pressionar os bancos credores em conjunto, para obter melhores condições para o pagamento da dívida latino-americana, hoje superior a 350 bilhões de dólares.

— É preciso cuidado com a semântica. Neste caso, só considero a palavra bloco como sendo um grupo de países com interesses comuns, que se reúnem com o objetivo de analisar os problemas de cada um e as formas individualizadas de os resolverem — explicou o ministro, que seguiu ontem para São Domingos, onde se encontrará com o outro representante brasileiro no encontro, o ministro da Fazenda, Ernane Galvães.

Na sede da federação das indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), onde abriu o seminário sobre comércio com o Leste europeu, ressaltou em entrevista a necessidade de um maior intercâmbio com os países da região. Na entrevista, destacou que o Brasil não pretende, na reunião do Grupo de Cartagena, assumir o papel de líder do encontro, onde devem ser discutidas formas de influir nas próximas reuniões do comitê interno do Fundo Monetário Internacional e do comitê de desenvolvimento do Banco Mundial, em abril.

— Os países latino-americanos desejam um tratamento mais político do que técnico para o problema — observou o chanceler, que voltou a criticar as estruturas rígidas do FMI e do Banco Mundial, lembrando que se trata de instituições criadas após a II Guerra Mundial e, portanto, não mais adequadas à situação mundial atual. Na sua opinião, não é mais possível que países em desenvolvimento como o Brasil continuem exportando capitais para o mundo desenvolvido.

Guerreiro observou que o Grupo de Cartagena também pretende fazer com que sua posição seja considerada também na próxima reunião dos sete grandes países industrializados, de 2 a 4 de maio, na Alemanha Ocidental. "Os países desenvolvidos precisam ter mais consciência de que é preciso negociar o pagamento da dívida em condições mais favoráveis. Devem entender que é preciso deixar um espaço para que as economias dos países credores se mantenham em crescimento, sob o risco, inclusive, de não poderem saldar seus compromissos nos prazos estabelecidos", alertou.

Em seu discurso, o ministro Saraiva Guerreiro destacou que o intercâmbio comercial do Brasil com o Leste europeu cresceu 100% de 1978 (1 bilhão de dólares) até 1983 (2 bilhões de dólares). Esse número, conforme seus cálculos, deve ter se repetido no ano passado, sempre com um saldo positivo para o Brasil. Em 83, por exemplo, o Brasil exportou para a região quase 1 bilhão e 500 milhões de dólares e importou pouco mais de 500 milhões de dólares.

Como se trata de um mercado de 400 milhões de habitantes, com um comércio exterior de 250 bilhões de dólares por ano, o ministro das Relações Exteriores sugeriu um novo e "excepcional esforço de promoção comercial do Brasil" náquela área. Destacou os esforços feitos pelo governo Figueiredo para promover um maior intercâmbio, mas observou que as relações brasileiras com os países socialistas centraram-se na preservação das linhas básicas da cooperação econômica. "Não vejo porque não explorarmos racionalmente as potencialidades de relacionamento com a Europa Oriental", acrescentou.

Latino-americanos buscam consenso

São Domingos — Sem o fantasma da insolvência de há uns meses e com a convicção no sistema financeiro internacional de que não desejam um enfrentamento, os onze países mais endividados da América Latina vão procurar durante uma reunião de dois dias que começa quinta-feira, em São Domingos, travar um diálogo com seus credores.

O otimismo que prevalece a respeito está baseado em que o México, Argentina e Venezuela obtiveram a partir de setembro acordos substanciais de renegociação e no fato de que o Brasil, que mantém negociações em Nova Iorque com 500 bancos, deve conseguir o mesmo dentro de duas semanas.

Estas quatro nações têm uma dívida externa de 279.400 bilhões de dólares. A dos restantes sete países — Chile, Peru, Colômbia, Equador, Uruguai, República Dominicana e Bolívia — ascende a 57.600 bilhões, para um total do grupo de 337.000 bilhões, só 13.000 bilhões menos que o calculado para toda a América Latina.